

JÚLIO DE MESQUITA FILHO (1892/1968)



Coube a Júlio de Mesquita Filho consolidar o jornal **O Estado de S. Paulo** como porta-voz e sustentáculo das tradições liberais do país, numa fase histórica em que mais se acentuou a ingerência militar na República. A liderança liberal da época contribuiu para legitimar o recurso às armas na preservação do Estado de Direito até que as Forças Armadas transitam do exercício da tutela do Poder Civil (notadamente no interregno democrático pós-Estado Novo) à sua integral substituição (1964). Diante desse desfecho, o elemento liberal é instado a distanciar-se daquela prática. Ao longo dessa trajetória, que abrange largo período de nossa história, o jornal e Júlio de Mesquita, encontrar-se-iam no centro dos acontecimentos.

Na década de trinta, o fenômeno novo é a ascensão das correntes autoritárias, uma delas, a castilhistas, no poder. A alternativa liberal democrática seria estruturada sob a liderança de **O Estado de S. Paulo**, obtendo-se a congregação dessas forças, em torno do nome de Armando de Salles Oliveira, candidato à Presidência da República nas eleições de janeiro de 1938. Em lugar destas, desde novembro de 1937, tivemos a ditadura do Estado Novo até dezembro de 1945.

O interregno democrático que então se inicia toma como referência a plataforma formulada naquele período. Entretanto, o novo ciclo seria marcado pela presença de Getúlio Vargas, que acaba voltando ao poder pelo voto popular. Entendendo que representa uma ameaça às instituições, o elemento liberal admite inclusive o recurso às armas para tentar riscá-lo de nossa história. O regime vive sob a tutela das Forças Armadas. Por incongruências da legislação eleitoral, o poder acaba em mãos do herdeiro do getulismo, criando o caldo de cultura para o movimento militar que iria destituí-lo a 31 de março de 1964.

Embora seja basicamente uma figura dos anos trinta, Júlio de Mesquita Filho sobreviveu ao Estado Novo e jogou o seu prestígio nesse embate anti-getulista. Devido a isto, seria um dos artífices do movimento de 64, não obstante o que acabaria **O Estado de São Paulo** sendo uma de suas principais vítimas, na medida em que assume feição abertamente autoritária.

O ciclo autoritário sustentado pelos governos militares (março, 1964/março, 1985) não fechou o Parlamento e admitiu a existência de agremiação oposicionista. Essa circunstância, aliada ao fato de que a atuação dos

oposicionistas que recorreram à luta armada tenha servido apenas para prolongar a existência do estado de exceção, contribuiu para instar o elemento liberal a distanciar-se das soluções de força. Superado esse último ciclo autoritário, sua plataforma irá centrar-se na eliminação da ingerência militar na política, facilitada por reformas introduzidas pelos próprios governos militares e que não vêm ao caso detalhar.

Pareceu-nos imprescindível traçar essa moldura temporal antes de descrever a participação de Júlio de Mesquita Filho no processo que iria desembocar no Estado Novo. Os percalços experimentados pelo interregno democrático não podem ser compreendidos, em sua plenitude, sem antes proceder-se à apresentação do personagem central: Getúlio Vargas, razão pela qual não tem sentido neles nos determos nesta oportunidade. Retomemos pois o fio da meada, presente em grande medida na atuação de Armando de Salles Oliveira, a partir da personalidade em causa: Júlio de Mesquita Filho.

Cursou humanidades na Europa (França e Suíça), retornando ao Brasil para ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo (em 1911, aos 19 anos de idade). Bacharelando-se em 1917, de início dedicou-se à advocacia. Progressivamente, contudo, interessou-se pela atividade jornalística. O jornal havia sido criado, em 1875, por seu avô, ainda no Império, com o nome de **A Província de S. Paulo**, adotando a denominação atual com a proclamação da República. Desde 1891, era dirigido por seu pai, Júlio Cesar de Mesquita. Com a morte deste, em 1929, passa a ocupar o seu lugar.

Júlio de Mesquita Filho havia apoiado a criação do Partido Democrático, em 1926, agremiação que rompe com o sistema de partido único, vigente na República Velha. Formará na Aliança Liberal, reunida em torno da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Com a vitória do candidato da situação (Júlio Prestes), começa a conspiração que iria desembocar na revolução de outubro de 1930, da qual participa. Contudo, duraria pouco o entendimento com o governo provisório, na pessoa do seu interventor em São Paulo (João Alberto Lins de Barros, oficial do Exército e um dos líderes do tenentismo). O rompimento dá-se em abril de 1931. Explica-o Júlio de Mesquita Filho: "Com a posse do "tenente" João Alberto no governo de São Paulo lança-se a primeira etapa na execução do plano mais vasto da implantação definitiva do caudilhismo na República. Para não chocar de frente a suscetibilidade paulista, João Alberto apresentar-se-ia como um simples delegado militar do governo provisório, encarregado de defender o nosso Estado de possíveis tropelias das forças de ocupação e do escoamento destas para a capital do País e para as suas respectivas sedes. A segunda e principal - porque dela dependeria o sucesso ou o malogro do pacto de Ponta Grossa - seria o aniquilamento do Partido Democrático." (*Apud Folha dobrada*, coletânea de documentos sobre esse

período da história de S.Paulo, preparada por Antonio Carlos Pereira; São Paulo, Ed. de **O Estado de S. Paulo**, 1982, p.22)

Começam as articulações que iriam desembocar num novo pronunciamento militar: a Revolução Constitucionalista de 1932.

A Revolução Constitucionalista eclodiu a 9 de julho e sustentou-se cerca de três meses. A capitulação foi assinada a 1º de outubro. Contava com o apoio de Minas e do Rio Grande do Sul, expectativa que não se confirmou. Derrotado o movimento, Júlio de Mesquita Filho foi preso e deportado para Lisboa. Aproveitou a circunstância para dar continuidade aos esforços que **O Estado de S. Paulo** desenvolvera, em fins da década de vinte, juntamente com a Associação Brasileira de Educação (ABE), em prol da criação da Universidade. Com o objetivo de estruturar um projeto concreto, visitou algumas universidades européias (Coimbra, Sorbonne em Paris e a de Roma).

Regressou ao Brasil em fins de 1933. Nessa altura, consumavam-se os objetivos perseguidos pelos revolucionários de 32: a reconstitucionalização do país. A interventoria de São Paulo fora entregue a Armando Salles. A 25 de janeiro de 1934 obteve do interventor a aprovação do projeto de sua autoria, em colaboração com o educador Fernando de Azevedo, que deu origem à Universidade de São Paulo (USP).

Terminada a obra constitucional, com a proclamação da Carta de 1934, o Parlamento elege indiretamente a Getúlio Vargas para a Presidência da República, com mandato de quatro anos. Consuma-se deste modo a sua permanência no poder.

O período de convivência dos paulistas com Vargas iria durar pouco.

Formalmente, as eleições presidenciais teriam lugar em janeiro de 1938. Para concorrer a esse pleito, São Paulo lidera uma grande coalizão nacional em torno da candidatura de Armando Salles.

O golpe de 10 de novembro de 1937 força-o a novo exílio. Permanece pouco tempo na França, transferindo-se para os Estados Unidos, onde também se exila Armando Salles.

Em março de 1940, o governo assumiu o controle do jornal **O Estado de S. Paulo**, situação que se prolonga até 6 de dezembro de 1945.

Por dificuldades de ordem financeira, Júlio de Mesquita Filho retornou ao Brasil em 1943, em pleno Estado Novo, sendo imediatamente preso. Libertado dois meses depois, ficou confinado numa fazenda da família.

Com a derrubada do Estado Novo e a devolução do jornal, Júlio de Mesquita Filho teve que se ocupar de sua reorganização. Ao mesmo tempo tratou de modernizá-lo do ponto de vista gráfico. A tarefa passaria absorvê-lo grandemente.

Contudo, progressivamente **O Estado de S. Paulo** reocupa o lugar de porta-voz do elemento liberal-democrático. Findo o mandato do primeiro presidente constitucional (General Eurico Dutra) realizam-se eleições, em

1950, às quais concorreu e venceu Getúlio Vargas. O jornal apoiou a candidatura (derrotada) do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela União Democrática Nacional (UDN).

Empossado Vargas, formou-se renhida oposição. Reinaugura-se a instabilidade política. Incapacitado de contê-la, o ex-ditador suicida-se. Cada vez mais, o país parecerá dividido ao meio.

Nas eleições de 1955, elege-se Juscelino Kubitscheck. Embora a oposição a Vargas o arrolasse no campo getulista, Kubitscheck conseguiu apaziguar a Nação, interessando-a num programa de desenvolvimento e de mudança da capital para o centro geográfico (Brasília).

O governante que o substituiu (Jânio Quadros), eleito pela oposição liderada pela UDN, renunciou antes de completar o oitavo mês de governo. Valendo-se da faculdade propiciada pela legislação eleitoral da época, elegeu-se como vice-presidente a pessoa considerada como herdeiro de Vargas (João Goulart). Criavam-se as condições para restaurar-se a instabilidade. Por sua atuação no governo, acabaria convencendo a opinião de que aspirava implantar no país o que se convencionou denominar de “República Sindicalista”, espécie de governo aparentemente esquerdista mas sobretudo incumbido de disseminar a corrupção. Isolado da maioria, acabou sendo deposto, intervenção militar apoiada por **O Estado de S. Paulo** e numerosos setores da opinião.

Contudo, desta vez os militares não se contentaram com a tutela do Poder Civil. Assumiram-no diretamente. Dado o fato de que postergassem o seu afastamento e acentuassem cada vez mais o caráter autoritário, Júlio de Mesquita Filho passou a combatê-lo. O jornal foi submetido a rigorosa censura.

Desgostoso com o desenrolar dos acontecimentos, Júlio de Mesquita afasta-se do jornal e transmite a direção a seus filhos.

Não viveria o suficiente para assistir ao distanciamento, dos liberais, da admissão do recurso às armas e à retirada de todo apoio à ingerência militar na política, fenômeno muito posterior à sua morte, basicamente dos anos oitenta. Faleceu em julho de 1969, aos 77 anos de idade.